

Desafios da Mulher Trabalhadora diante Amamentação

Marilei de Melo Tavares e Souza

Professora da Universidade Severino Sombra, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Enfermagem, marileimts@hotmail.com

Lilia Marques Simões Rodrigues

Universidade Severino Sombra/USS, Centro de Ciências da Saúde, Coordenadora do Curso de Enfermagem - lsimoes@uss.br

Resumo: *A amamentação é de vital importância para o desenvolvimento nutricional e o vínculo mãe-filho. Requer disponibilidade materna para ser praticada com eficácia e dedicação no primeiro semestre de vida da criança. A mulher trabalhadora, após licença maternidade, se depara com a difícil estratégia de conciliar o aleitamento exclusivo com o trabalho remunerado. O estudo em questão tem como objetivo: Identificar na literatura científica as dificuldades encontradas por mulheres que amamentam e trabalham e detectar as condições favoráveis e desfavoráveis que implicam no aleitamento exclusivo. Trata-se de uma revisão de literatura sobre a temática amamentação e trabalho no período de 1998 a 2008. Os resultados apontam limitações das nutrizes em manter o aleitamento exclusivo, após o retorno ao ambiente de trabalho quando este não oferece as condições para a manutenção da lactação do bebê. Favorecendo assim, o desmame precoce. São poucas as empresas que disponibilizam serviços creche no local de trabalho para filhos de funcionárias em período de lactação.*

Palavras-chave: *aleitamento materno; saúde do trabalhador; gênero; direitos do trabalhador*

Challenges of the Diligent Woman Ahead Breast-Feeding

Abstract: The breast-feeding is seen as of vital importance for the development nutrition and the entail mother-son. It requests maternal readiness to be practiced with effectiveness and dedication in the first semester of the child's life. The hard-working woman after license maternity comes across the difficult strategy of reconciling the exclusive breast-feeding with the paid work. The study in subject she has as objectives: To identify in the scientific literature the difficulties found by women that breastfeed and they work and to detect the favorable and unfavorable conditions that implicate in the exclusive breast-feeding. It is treated of a literature revision on the thematic breast-feeding and

Desafios da Mulher Trabalhadora diante Amamentação

Marilei de Melo Tavares e Souza - Lilia Marques Simões Rodrigues

work in the period from 1998 to 2008. Os results they point limitations of the nutrices in maintaining the exclusive breast-feeding, after the return to the work atmosphere when this doesn't offer the conditions for the maintenance of the baby's nursing. Favoring like this, wean him/it precocious. They are little the companies that available services day care in the work place for employees' children in nursing period.

***Keywords:** Maternal breast-feeding. Health of the Worker. Gender Rights of the Worker. Gender*

Introdução

Embora a maternidade seja valorizada em nossa sociedade e regida por lei de proteção social, na prática a possibilidade de engravidar, a gravidez e o cuidado com os filhos são os mais fortes alvos de discriminações ocorridas contra as mulheres no mercado do trabalho (PAVESI, 2004).

Um dos principais influenciadores na decisão da duração do aleitamento é a condição econômica. As mulheres de alto poder aquisitivo e maior grau de instrução, encontram poucas ou nenhuma dificuldade em conciliar o retorno ao trabalho e continuar a amamentação do bebê, devido à disponibilidade que se tem de contratar serviços particulares para as necessidades do bebê e da mãe. Já às mulheres de poder aquisitivo e nível de escolaridade baixos, o retorno ao trabalho se dificulta com a nova responsabilidade pela criança. Para Faleiros et al (2006), essas mães precisariam de serviços especiais propostos pelas instituições para se manterem no trabalho remunerado.

Portanto, a Lei de Proteção à Maternidade deveria contemplar o direito da amamentação e assegurar meios para que esta ocorra, além se contemplar o direito reprodutivo, posto que ainda hoje há forte discriminação às mulheres em fase reprodutiva no mercado de trabalho, pelo fato de poderem engravidar. Muitas vezes, mulheres deixam de ser admitidas, mesmo com o prejuízo de talentos para a empresa (PAVESI, 2008).

Além dos cuidados com o bebê ao nascer, a amamentação constitui o completo bem-estar do binômio mãe-filho fortalecendo esse vínculo no sentido físico e psicológico (SILVA e SILVA, 2004). Nos primeiros seis meses de vida, o leite materno é naturalmente adequado para atender às necessidades biológicas do crescimento e desenvolvimento do ser humano, pois este leite proporciona efeito protetor imunológico, principalmente contra infecções em lactentes (BARBOSA et al, 2007), além da redução do índice de morbimortalidade infantil (SILVA e SOUZA, 2005).

As mulheres inseridas no mercado de trabalho dividem suas tarefas entre o trabalho doméstico e o trabalho pago, pois com a maternidade passam a exercer um novo papel na sociedade, o de mãe.

O art. 389, parágrafo 4º, inciso 1º, responsabiliza as empresas que empregam um quantitativo acima de trinta mulheres a disponibilizar serviços de creche ou berçários para os filhos de funcionárias, principalmente no período de lactação; ainda, quando não disponibilizados no local, é inserido o auxílio-creche nos ganhos salariais (PAVESI, 2004b). Além do decreto estabelecido na legislação municipal nº 7763, de 29 de março de 2007, que dispõe sobre o afastamento para aleitamento materno-infantil, o art.1º contextualiza o instituto de previdência e assistência do município do Rio de Janeiro – Previ-Rio, que financiará o afastamento de até um ano da mulher, a contar do pós-parto, além do prazo excedente a licença-maternidade, desde que a amamentação da criança seja comprovada por órgão a que compete a perícia médica (PAVESI, 2007).

O incentivo Aleitamento tem sido bem considerado na contextualização atual: o ato de amamentar e os benefícios propostos pelo leite exclusivamente materno são indiscutíveis à saúde do bebê e ao bem-estar físico, principalmente na fase puerperal da mãe, no retorno do útero à normalidade influenciando e limitando a fertilidade e

promovendo a interação no binômio mãe-filho. Estudos direcionados a pesquisas diretamente com mulheres no pós- parto em diversas maternidades, têm se destacado pela intensa profundidade no assunto, pautando a prioridade acerca do leite humano e do papel da família, sociedade e equipe multidisciplinar que atuam no primeiro cenário da vida de mulheres no pós-parto imediato. Tal apoio, incentivo e respaldo à nutriz são fatores relevantes na decisão de mulheres que trabalham e não querem interromper a amamentação do bebê. (LOBO *et al.*, 2004). Para os autores, o leite materno é o alimento mais adequado ao crescimento e desenvolvimento do recém-nascido.

A maioria das mães não trabalha fora do lar, portanto esse motivo não as impede desse procedimento. Já as mulheres que trabalham fora e não têm outro meio de sobrevivência para o sustento do bebê necessitam de condições favoráveis à manutenção do aleitamento no horário e local de trabalho para que as dificuldades, mesmo com o amplo conhecimento dos benefícios do leite materno, levem ao desmame precoce.

Apesar de as mulheres gestantes de baixo poder aquisitivo terem pouco ou nenhum conhecimento dos direitos que assistem à mulher gestante e puérperas, as leis criadas pelo Ministério do Trabalho, para as funcionárias registradas, asseguram suas necessidades relacionadas à maternidade e qualquer evento direcionado à criança, desde que comprovadas por meios físicos. Já as mães não registradas, permanecem sobre pressão e angústia ao saberem que ao retornar às atividades profissionais, poderão ou não ser dispensadas do trabalho, devido à visão que os empregadores têm em conceituarem *crianças dão trabalho*. Outro fator que dificulta o incentivo à amamentação é o problemas que a nutriz enfrenta na jornada de trabalho, pois encontra barreiras no acesso ao trabalho e meios de locomoção fora as empresas que não oferecem horas extras e remuneração adequada para a nutriz realizar uma boa amamentação, surgindo barreiras que a impedem de conciliar o trabalho e de dar amamentação adequada para seu filho. Apesar do incentivo ao aleitamento nos diversos meios de comunicação (panfletos, cartazes e prospectos). No Brasil, este fato vem ocorrendo precariamente nas mais variáveis regiões, por razões sociais, econômicas e culturais para que a iniciação ao aleitamento materno tenha êxito. Torna-se necessário às mulheres terem um apoio afetivo durante a gestação e após o parto: o envolvimento da família bem como o engajamento dos profissionais de saúde, em especial, daqueles envolvidos com o binômio mãe-filho. Torna-se relevante o conhecimento de cada mãe trabalhadora e não trabalhadora, por parte dos profissionais de saúde.

Em contra partida, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, trouxe consigo novas expectativas ao âmbito trabalhista, causando impacto na sociedade masculina, ao mesmo tempo em que suas habilidades, responsabilidades, criatividade e conhecimentos, definitivamente conquistaram o espaço no mercado, tornando o indivíduo satisfeito e aumentando sua autoestima, embora sabemos que no início do século, a prática do aleitamento era comum a todas as mulheres independentemente de raça ou situações socioeconômicas.

Já no início do século XX, com os avanços das tecnologias e crescimento da população, a prática do aleitamento passou a ser substituída por produtos industrializados e incentivados por marketing de modo a facilitar a vida das mulheres trabalhadoras (FALAEIRO *et al.*, 2006).

Vivenciando no mundo empresarial, no que diz respeito à mulher que trabalha, passamos a notar que esta é bem vista no setor de trabalho desenvolvendo vários papéis, e que vem evoluindo no decorrer dos anos. A mulher conquistou seu espaço o que favoreceu às oportunidades no mundo do trabalho, pois tem potencial, é batalhadora e enfrenta vários desafios. Além de trabalhar fora, cuidar dos filhos e dos serviços domésticos em tempo corrido, isso contribui para que a mulher trabalhadora se destaque, pois este papel é difícil. Este desempenho vem crescendo ao longo dos anos. Desde do início dos séculos até os dias atuais e podemos observar isto com clareza. Hoje este papel é dominado pela mulher que adquiriu cada vez mais o seu espaço e aperfeiçoou seus conhecimentos, suas habilidades, o que demonstra seu potencial e competência. O papel da mulher é, ao mesmo tempo demonstrar capacidade de autoconfiança, uma vez que esse papel é atribuído ao gênero feminino. É uma questão biopsicossocial e histórica. Desde a infância a mulher é preparada para o aprimoramento de habilidades maternas: brincar de boneca é vivenciar futuras experiências para a vida.

Contudo, a expansão da atividade feminina não tem sido acompanhada por melhoria de direitos e oportunidade e as mulheres ainda estão longe de desfrutar posições equitativas em relação aos homens no mercado do trabalho. A educação superior, entretanto, tem sido um fator importante no processo profissional das mulheres, principalmente no setor público e nas grandes organizações do setor privado, onde o recrutamento e a seleção são muito mais marcados pelas formalidades dos processos burocráticos (LEONE e BALTAR, 2006).

Frente a este contexto, as questões norteadoras do estudo são: o aleitamento materno constitui uma barreira para o trabalho feminino? Quais os principais obstáculos enfrentados pela mulher que amamenta em seu ambiente de trabalho? Como objetivo para esta investigação definiu-se identificar e analisar na literatura científica as dificuldades encontradas por mulheres que trabalham e amamentam e identificar as condições favoráveis e desfavoráveis que implicam aleitamento materno no ambiente de trabalho.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja busca virtual foi realizada na base Scielo, Ministério da Saúde e a busca manual, nos periódicos de *Enfermagem Brasil*.

Para essa busca foram utilizados os seguintes descritores em Ciências da Saúde (DeCS), quais sejam: Aleitamento materno, direitos da mulher, leis e direitos após a maternidade e trabalho feminino. Foram consultados documentos do Ministério da Saúde (MS) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

Foram localizados 30 artigos, dos quais 11 estavam na base Scielo, 6 (seis) na base do Ministério da Saúde, 9 (nove) no Google Acadêmico, 4 (quatro) na busca manual da revista *Enfermagem Brasil*. Para efeito de estudo foi selecionado um total de 14 (quatorze) artigos. Foram excluídos os que não guardam relação direta com os objetivos do estudo.

A leitura do material e análise dos dados, deu-se à luz da Análise do Conteúdo, definida como o conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979).

Ainda, pelo fato de este método defender a descrição objetiva, sistematizada e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações para interpretação dos dados, para Minayo (1999), enquanto método de análise, não possui qualidades mágicas, mas relaciona significantes com significados enunciados. Articula textos e analisa os fatores que determinam suas características, como variáveis psicossociais, contextos e processo de produção de mensagem.

Análise e Discussões dos Resultados

Com base no material analisado, os dados foram agrupados em duas categorias: a mulher e o mercado de trabalho; aleitamento materno exclusivo e sua relação com o trabalho.

A mulher e o mercado de trabalho

No material analisado encontram-se artigos que abordam a inserção da mulher no mercado de trabalho. Contudo são escassos os que tratam das dificuldades que a mulher encontra para associar amamentação exclusiva e trabalho remunerado.

A consolidação da mulher no mercado de trabalho se revela na constante ampliação das taxas de participação feminina em todas as idades elevando assim, o peso da mulher na força de trabalho.

Flecke e Wagner (2003) assim como Purcell (2004) descrevem o progresso da mulher no âmbito profissional, avanço tecnológico no mercado de trabalho e a mão-de-obra feminina nos países desenvolvidos como convergente ao trabalho, antes e sobre o domínio masculino (GUIMARÃES, 2004). Quando a partir do século XX, com a reestruturação das indústrias e com a modernidade e a inserção da mulher no setor trabalhista trouxe novas expectativas e satisfação ao mundo dos negócios. Apesar das habilidades e criatividades profissionais e especializadas cada vez mais amplas do sexo feminino, sem dúvida, de todas as formas permanecem sobre as mulheres os conceitos da família tradicional. Mesmo ocupando uma posição convergente ao homem no mercado formal ou informal, reflete-se sobre a mulher o papel reprodutivo e os valores sociais os quais tornam permanente a desigualdade de gênero (MULLER, 2006).

Fleck e Wagner (2003) verificaram que além da maternidade, as mulheres se preocupam cada vez mais com a construção e realização da carreira profissional, contribuindo também para o aumento de renda familiar, mas refletindo na vida conjugal e na educação dos filhos. Segundo Purcell (2004), o emprego atípico fornece oportunidade para o aumento do número de trabalho feminino e a conciliação entre emprego e família.

Contudo, muitas vezes, ocupações em tempo parcial atraem mais mulheres, pois lhes permitem conciliar melhor o trabalho doméstico com o remunerado, mesmo que seja aceitando remunerações inferiores ou tendo deixado a condição de mão-de-obra secundária. Mas esses contratos flexíveis significam perda de direitos sociais conquistados há muito tempo pelos trabalhadores, como férias, seguro-desemprego e licença-maternidade (LEONE e BALTAR, 2006).

Assim, com base na leitura, a mão-de-obra feminina encontra-se em expansão no mercado de trabalho requerendo estratégias trabalhistas que permitem assegurar as necessidades próprias da condição feminina neste contexto.

Aleitamento materno exclusivo e sua relação com o trabalho

Foram encontrados poucos estudos acerca das dificuldades encontradas por essas mulheres trabalhadoras, após licença maternidade manter o aleitamento.

Contudo, segundo Rea *et al* (1997), um percentual significativo de mulheres que se preocupava em manter o aleitamento exclusivo no ambiente de trabalho, o Brasil comparado à América Latina é o país que menos amamenta, apesar de todo empenho das Organizações Governamentais para manter esta tática.

Nos últimos anos houve aumento na frequência e duração do aleitamento materno na população brasileira, mas sem atingir o padrão de seis meses de vida preconizado pela Organização Mundial de Saúde (BARBOSA *et al*, 2007).

Rea *et al*. (1997) acreditam que nas áreas urbanas uma das razões do desmame precoce é a separação da mãe e do filho, devido ao retorno da mulher ao trabalho. E, completando esta lógica, Faleiros *et al* (2006), alertam da importância da carga horária de trabalho da mulher como influência para o desmame precoce se excedente a 20 horas semanais. Nesta mesma linha de raciocínio, os autores referem que a maioria das mulheres não trabalha fora, portanto não constitui esse evento o motivo maior do desmame precoce, mas por outro lado alguns autores concluem que o retorno ao trabalho só não é empecilho se houver condições favoráveis para a manutenção do aleitamento exclusivo.

Ainda são encontrados poucos artigos direcionados a empresas que disponibilizam serviços de creche no local de trabalho ou alternativas para manter a lactação. Após esta análise, somente no artigo citado por Rea *et al*. (1997), podemos obter informações a respeito de pesquisa realizada em São Paulo, no período de 1993, com empresas que disponibilizavam serviços de creche dentro ou fora da empresa. De um total de 13 empresas que concordaram em participar do estudo onde 4 (quatro) ofereciam creche no local, 1 (uma) oferecia creche fora do local, 1 (um) posto de coleta e estocagem e, por final, 5 (cinco) não oferecia nenhum tipo de recursos à manutenção do aleitamento. Nos relata um percentual progressivo de 20,7% em 1970 da população economicamente ativa em comparação com o ano de 1990, com o mercado de trabalho atingindo um percentual de 40,4% principalmente devido ao crescente mercado de trabalho informal e na área industrial.

Atualmente, apesar das leis de amparo à maternidade, indiscutíveis às mulheres trabalhadoras que engravidam e que muitas ainda não tomaram ciência dos seus direitos

legais, o assunto ainda é pouco estudado no Brasil. Sendo o incentivo ao aleitamento materno, o grande percussor a iniciativa para esta prática. No incentivo e esclarecimento acerca dos benefícios propostos pelo ato de amamentar no seio da mãe, encontramos diversos informativos com dados satisfatórios para obtenção de conhecimentos científicos e dados relevantes aos problemas ocasionados pela utilização de outros tipos de leites.

Considerações Finais

De acordo com a pesquisa realizada, podemos perceber que, apesar de a mulher ter conquistado o seu espaço no mercado de trabalho, o que constitui a valorização do trabalho feminino com sucesso, amparadas pelos direitos que lhe asseguram suas demandas e necessidades como mulher trabalhadora e mãe. E mesmo com a evolução do mercado de trabalho informal no Brasil, a lei de amparo à maternidade permanece para todas as classes sociais.

Embora amamentar os filhos seja um traço característico da espécie humana, o aleitamento materno configura-se como uma prática social estruturada de modo bastante complexo. É produzida e reproduzida em relações sociais. Contudo, é uma prática de cuidado feminino, em que a mãe deve estar junto à criança. Mas se a mulher precisa trabalhar fora para se sustentar, a prática do aleitamento materno pode encontrar algumas barreiras.

Contudo, podemos concluir que ainda são poucas as instituições empregatícias que estão adotando estas medidas que trará benefícios ao vínculo mãe e filho. Porém em nossa realidade são vistas algumas instituições que disponibilizam algum tipo de apoio à nutriz, mas esta temática ainda caminha a passos curtos.

Referências

Barbosa, M. B.; Palma, D.; Bataglin, T., Taddei, J.A.A.C. Custo da Alimentação no Primeiro Ano de Vida. Estudo da Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Pediatria, Disciplina de Nutrologia. São Paulo-SP. *Revista de Nutrição*, 2007. Jan/Fev; 20 (1).

Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70. 1079.

Faleiro, F.T.V.; Trezza, E.M.C.; Caradina, L. Aleitamento Materno: Fatores de Influência na sua decisão e duração. Estudo entre o Departamento de pediatria, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista. Distrito de Rubião Júnior S/N, Botucatu, São Paulo-SP. *Revista de Nutrição*, 2006. Set/Out; 19 (5).

Fleck, A.C.; Wagner, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. Estudo entre docentes da ESPM de Porto Alegre, Mestre em Psicologia Clínica-PUCRS. Maringá-SP. *Psicologia em Estudo*. 2003; 8.

Guimarães, N.A. Gênero e trabalho. Estudo da USP/CEBRAI. Florianópolis-SC. *Revista Estudos Feministas*. 2004. Maio-Agosto; 12 (2).

Leone, E.T.; Baltar, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. Estudo entre Professores do Instituto de Economia da universidade Estadual de Campinas. São Paulo-SP. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 2006. Julho- Dezembro; 23 (2).

Lobo, I.S.; Lobo, K.M.S.; Ferreira, O.M.B.; Antero, M.F.; Coutinho, H.D.M. Nível de conhecimento da gestante sobre amamentação. *Estudo entre Especialistas em Saúde Pública* Universidade Regional Carire (URCA), Especialista em Ensino de Biologia e Química da Universidade Regional do Carire (URCA). João Pessoa- PB. 2004 Janeiro; 4 (2):89.

Minayo, M.C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Muller, R.C.F. Encontros de Gênero, família e trabalho no Brasil atual: Múltiplas dimensões de pesquisas. Estudos da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina- SC. *Revista Estudos Feministas*. 2006 maio – setembro;14 (2).

Pavesi, O. *Aleitamento Materno*. Estudo do Psicólogo, Especialista em Psicodrama e Psicologia Hospitalar 2007.
www.amigasdoparto.org.br/ce_mulheres_e_sociedade_01_16.asp. Acesso em Março de 2008.

Pavesi, O. *Leis, Normas e Portarias que amparam a gestação e amamentação*. Estudo do Psicólogo, Especialista em Psicodrama e Psicologia Hospitalar. 2004b. Setembro; <http://www.amigasdoparto.org.br/ce_mulheres_e_sociedade_01_06.asp>. Acesso em Maio de 2008.

Desafios da Mulher Trabalhadora diante Amamentação

Marilei de Melo Tavares e Souza - Lilia Marques Simões Rodrigues

Pavesi O. *Maternidade – Principal Fator de Discriminação Contra a Mulher*. Estudo do Psicólogo, Especialista em Psicodrama e Psicologia Hospitalar. Santa Catarina-C.2004. Setembro <<http://www.amigasdoparto.org.br/cemulheresesociedade0104.asp>>. Acesso em Maio de 2008.

Purcell, K. *Gênero e Insegurança no Trabalho no Reino Unido*. Tradução de Beatriz Weidenveiden Back. Florianópolis-SC. *Revista Estudos Feminista*. 2004; Maio-Agosto; 12 (2).

Rea, M.F.; Venâncio S.I.; Batista; L.E.; Santos, R.G.; Greiner, T. Possibilidades e limitações da Amamentação entre mulheres trabalhadoras formais. Estudo do Instituto de Saúde de São Paulo-SP. *Revista de Saúde Pública*. 1997. Abril; 31 (2).

Silva, A.C.S.; Silva, M.G.L. Aleitamento Materno na Formação do Vínculo Afetivo Mãe-Filho: Estudo entre Alunas do Curso de Enfermagem Neo-Natal, Especialização do Departamento de Neonatologia do Instituto Fernandes Figueira / Fiocruz. *Revista Enfermagem Brasil*. 2004. Setembro-Outubro; 3 (5); 295 – 296.

Silva, A.P.; Souza, N. Prevalência do Aleitamento Materno. Estudo do Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Julho de Mesquita. Campus de Botucatu / São Paulo-SP. *Revista de Nutrição*, 2005. Maio-Junho; 18 (3).